

REQUERIMENTO Número / (.ª)

PERGUNTA Número / (.ª)

Expeça - se
Publique - se
O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República

Chegou ao conhecimento do Grupo Parlamentar do PCP, através da Sindicato dos Trabalhadores do Comércio, Escritórios e Serviços de Portugal, a Resolução do Encontro Nacional dos Representantes dos trabalhadores na «Auchan Portugal Hipermercados, SA» realizado em 12 de Outubro de 2016. Nesse documento constam vários factos relativos à situação laboral e remuneratória dos trabalhadores do Grupo Auchan, nomeadamente as atualizações salariais, as quais tendo em consideração os resultados positivos da empresa, ficaram muito aquém das justas expectativas dos trabalhadores, os quais com o seu profissionalismo, têm contribuído para a boa imagem da marca e para os lucros conseguidos, sem no entanto serem compensados por esses resultados e, nem sempre, as relações laborais se pautam pelo cumprimento dos deveres da empresa.

Mais chegou ao nosso conhecimento que os representantes dos trabalhadores do Grupo Auchan, nomeadamente a Comissão Sindical e Secretariado Nacional, sempre procuraram através do diálogo que a empresa compreendesse as justas reivindicações dos trabalhadores, diálogo esse que sem se mostrou infrutífero, uma vez que os representantes do Grupo Auchan não dão qualquer resposta.

Pese embora o Grupo Auchan, detenha a certificação em responsabilidade social certo é, que, no que respeita aos horários de trabalho, não se empenha para os ajustar à vida familiar e às necessidades dos trabalhadores, nem sequer se esforça para o cumprimento do contrato coletivo de trabalho. Tal é visível e sentido nos casos em que os trabalhadores submetem pedidos de flexibilidade de horário de trabalho ao abrigo dos direitos de maternidade e paternidade, para assistência e apoio a filhos menores e ou com deficiência e a empresa cria todos os obstáculos para dificultar o exercício desse direito, como aconteceu nas lojas de Gondomar, Maia, Alverca, Canidelo, Amoreiras e Coimbra.

Obviamente que, este comportamento colide com os princípios subjacentes a uma empresa com certificação de responsabilidade social, pois viola diariamente os direitos fundamentais dos trabalhadores, nomeadamente:

- Horários de trabalho desregulados e com alterações diárias;
- Horário de trabalho não coincidente com o horário de funcionamento das lojas;
- Horários não organizados de forma a assegurar folgas rotativas;
- Desrespeito pelo princípio de trabalho igual, salário igual;
- Desrespeito pelas normas de acidentes de trabalho, nomeadamente, quando ocorrem acidentes de trabalho nos períodos de pausa e refeições;
- Incumprimento da lei no que respeita ao desconto de minutos aos trabalhadores;
- Não pagamento do complemento do subsídio de doença.

Esta situação é ainda mais grave, quando no ano de 2015, a empresa «Auchan Portugal Hipermercados, SA» foi premiada com a Menção Honrosa IGUALDADE É QUALIDADE Categoria Setor Privado AUCHAN Portugal Hipermercados, S.A, atribuída pela Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego (CITE).

Esta postura de constante e reiterada violação dos direitos fundamentais dos trabalhadores, previstos na lei e na Constituição, é inaceitável e exige ser combatidas de forma efetiva.

Assim, ao abrigo da alínea d) do artigo 156º da Constituição e nos termos e para os efeitos do 229º do Regimento da Assembleia da República, solicitamos ao **Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social**, os seguintes esclarecimentos:

1. Tem o Governo conhecimento destas situações?
2. Que medidas, nomeadamente inspetivas por parte da ACT, foram tomadas até ao momento e que factos foram apurados?
3. Que medidas, nomeadamente inspetivas por parte da ACT, tomará para garantir o cabal cumprimento dos direitos dos trabalhadores?

Palácio de São Bento, quinta-feira, 23 de Fevereiro de 2017

Deputado(a)s

RITA RATO(PCP)